



Intercel entrega proposta de PLR para 2025
Página 2



Intercel cobra, novamente, melhorias no sistema comercial da Celesc
Página 2



ACIDENTES DE TRABALHO

LUTO: Segurança precisa voltar a ser prioridade nas empresas de energia

ACIDENTES E MORTES DE TRABALHADORES NA ELETROBRAS E NA CELESC ACENDEM O ALERTA PARA O DESCASO DA DIREÇÃO DAS EMPRESAS COM A SAÚDE E A SEGURANÇA DE SEUS EMPREGADOS

A categoria elétrica sofre com reiterados acidentes de trabalho e mortes de colegas durante as atividades laborais. Em outubro, uma explosão em uma subestação da Eletrobras em Pernambuco deixou três empregados feridos. Um deles, internado por quase um mês, veio a óbito em novembro em decorrência do acidente. Em outra subestação da Eletrobras, dessa vez no Pará, em 30 de novembro, um trabalhador da empresa teve 60% do corpo queimado quando ele fazia a operação de um banco de capacitores e houve a explosão de um disjuntor. O trabalhador foi internado em estado grave na UTI. No dia seguinte, primeiro de dezembro, um eletricitista de empresa terceirizada da Celesc faleceu em Joinville ao cair com um poste enquanto executava o serviço de manutenção na rede de distribuição de energia. Jornais locais noticiaram, com perplexidade, o fato de que a equipe teve que seguir trabalhando no local mesmo com o corpo do colega estendido no chão, logo ao lado.

As causas dos acidentes ainda estão sendo investigadas, mas acendem o alerta, pois não são casos isolados. Na Celesc, conforme dados divulgados pela própria área de segurança, foram 98 acidentes de trabalho típicos até outubro de 2024, sendo 44 com trabalhadores próprios e 54 com terceirizados. Na Eletrobras, enquanto a diretoria faz uma festa de fim de ano com bons espumantes no Rio de Janeiro, colegas pagam com sua vida e com sua saúde o descaso de uma empresa que só pensa no lucro.

Em ambas as companhias, um ponto comum chama a atenção: cortes de custos, falta de pessoal em diversas áreas, equipamentos sucateados e ambientes de trabalho cada vez mais inseguros. Priorizam lucros exorbitantes às custas de sangue e de suor da classe trabalhadora - em alguns casos, à custa da vida de trabalhadores que sustentam a operação.

Na Eletrobras, a Diretoria enviou e-mail à categoria pedindo empenho por seguran-

ça do trabalho. Alguns colegas argumentaram que "agora só falta responsabilizarem o trabalhador". É preciso recordar que é a direção da Eletrobras que vem fazendo demissões em massa, vem sucateando e precarizando os serviços na empresa. Quadros experientes e competentes estão sendo demitidos sem substituição ou reposição, obrigando que os colegas que ficam na companhia se sobrecarreguem, abraçando ainda mais atividades, antes desempenhadas por outros colegas.

Na Celesc, em função do histórico de acidentes laborais, a companhia precisa enviar bimestralmente ao Ministério Público do Trabalho um relatório de acompanhamento de 45 ações firmadas em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). No início de 2024, a direção da Celesc argumentou ter contratado uma empresa de consultoria em segurança, dando a entender que boa parte das ações estariam cumpridas. Os dois acidentes fatais ocorridos na atual gestão da empresa comprovam que ainda há muitos pontos a evoluir para que os empregados possam, de fato, trabalhar com segurança.

A falta de pessoal em quantidade suficiente que gera sobrecarga, as terceirizações sem fim, a precarização de equipamentos e veículos são pontos comuns entre as empresas. Os acidentes reiterados e as mortes de colegas eletricitários indicam que a segurança na Celesc e na Eletrobras ainda não é tratada como prioridade e precisa ter uma mudança de postura das Diretorias o quanto antes.

A Intercel, a Intersul e o Coletivo Nacional dos Eletricitários seguirão acom-

panhando as investigações dos acidentes e continuarão cobrando que a categoria tenha mais saúde e segurança em suas atividades.

Infelizmente, nesse final de ano algumas famílias de eletricitários estarão chorando a perda de seus entes queridos. A meta da Direção de Celesc e Eletrobras precisa ser que no próximo ano não haja nenhuma morte e nenhum acidente a ser lembrado ao fim de 2025. **O respeito à vida precisa estar em primeiro lugar!**



Poder de voto do Governo na Eletrobras permanece em disputa

Acordo em face da Ação de Inconstitucionalidade esbarra no Ministério da Fazenda

Termina no dia 17 de dezembro o prazo dado pelo ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, para que governo e Eletrobras cheguem a um entendimento sobre o controle da Eletrobras. O acordo vem sendo discutido no âmbito da ação de inconstitucionalidade impetrada pela União desde o início do Governo Lula, que classificou o modelo de privatização e perda do controle do Governo sobre a Eletrobras, como verdadeiro crime de "lesa pátria", expressão utilizada pelo próprio Presidente Lula. Por essa privatização descabida, o governo, que manteve cerca de 40% das ações da Eletrobras, só pode exercer o voto na administração da companhia como se fosse dono de apenas 10%.

Na semana passada, representantes da Advocacia Geral da União e do Ministério de Minas e Energia tentaram transmitir otimismo na mídia, sobre a possibilidade de en-

tendimento com a direção da ex-estatal privatizada, mas os termos do acordo proposto ao Governo pela Eletrobras não são adequados. O principal crítico da proposta da Eletrobras tem sido o Ministro Fernando Haddad e sua equipe econômica. Segundo matéria publicada por Veja Negócios no dia 9, Haddad e sua equipe consideram insuficiente ampliar o número de indicados da União no Conselho de Administração, como sugere a Eletrobras, mas fundamental é ampliar o poder de voto da União na Assembleia Geral da Companhia para algo proporcional aos 40% das ações que possui.

Por esta posição divergente, é possível que o acordo não aconteça agora e o prazo tenha de ser prorrogado, deixando que a solução do impasse fique para o início de 2025. Não havendo acordo, ou prorrogação de prazo, a ação de inconstitucionalidade terá de ser julgada e a validade da limitação do poder de voto do governo será decidida pelo STF.

Intercel cobra melhorias no sistema Comercial da Celesc

Reunião teve participação de atendentes comerciais da empresa

Uma nova reunião entre sindicatos da Intercel e a Diretoria da Celesc foi realizada na semana passada para questionar o que tem sido feito pela empresa para resolver os problemas do novo sistema comercial Conecte - e, por consequência, amenizar o sofrimento de celesquianos e celesquianas de diversas áreas.

Quatro atendentes comerciais de diferentes Regionais participaram do encontro, elencando os problemas que enfrentam no seu dia a dia e trazendo sugestões de solução para cada um deles. Entre os pontos questionados, os bugs do sistema, o pedido de melhorias na comunicação interna sobre o sistema Conecte, a necessidade de criação de um canal direto com a Administração Central sobre ocorrências de violências nas lojas, a necessidade de treinamento presencial e a possibilidade de ter mais de um monitor por atendente para facilitar a visualização das informações.



A empresa afirmou ter realizado treinamento sobre gerenciamento de estresse (saúde mental) em Chapécó e estaria avaliando promover também em outras Regionais. Sobre PIX, a Celesc informou que está previsto para o futuro fazer a compensação no mesmo dia. Alegam querer primeiro arrumar os problemas no faturamento, para depois mexer nisso. Para haver a compensação instantânea, seria necessário mudar o

contrato. Atualmente, o valor só baixa no dia seguinte, pois o processamento de dados é feito à noite. Sobre o prazo para corte, a empresa afirmou que ocorrerá somente após março/2025, mas ainda no primeiro semestre do próximo ano. Alegam que o Grupo A começou a ter alguns cortes, mas ainda aos poucos. Sobre atualização no layout do sistema, informaram que há pedidos para simplificar a procura de uma IN pelo PN (aqueles que têm milhares de INs no seu CPF ou CNPJ), mas também somente para o futuro.

Os representantes dos sindicatos da Intercel reiteraram a preocupação com a falta de pessoal, a demora em solucionar os problemas técnicos, a dificuldade para o caixa da empresa, além do impacto não só na saúde mental das pessoas trabalhadoras, quanto o risco regulatório e de não atingimento de metas da PLR.

A solicitação da Intercel era que participassem todos os diretores da empresa, mas estiveram presentes apenas o DGC, o DCL e o DRJ - este, por alguns minutos.

A Diretoria e seus gerentes explicaram o impacto através de números, não elucidando sobre o não atendimento a todos os itens solicitados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), depois de denúncia de fato da Intercel. Vale lembrar que a Celesc respondeu ao pedido de TAC feito pelo MPT somente no último dia do prazo, solicitando uma nova mediação. A denúncia foi feita ao MPT em julho e as sugestões para que se contrate mais atendentes, assistentes sociais, que sejam permitidas pausas no trabalho nas lojas de atendimento, que sejam criados grupo com os sindicatos para estudar o quadro, além de reforçar a segurança nas lojas, foram apresentadas pelo Procurador do Trabalho, Dr. Sandro Sardá, ainda no mês de setembro.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Assembleias de Data-Base AXS e SETUP

O Sinergia realizou em 6 de dezembro duas assembleias para construção de pré-pautas de reivindicações da categoria eletricitária das empresas AXS e SETUP, que possuem vigência em 1º de janeiro.

SETUP: a primeira negociação de fato e de direito para trabalhadores da SETUP base Sinergia foi muito participativa. Foram aprovadas todas as ordens do dia e eleitos dois representantes de base para fazer o elo entre a categoria e a entidade sindical. No mesmo dia foi entregue a pauta à direção da empresa e solicitado um calendário de negociações com 5 rodadas, sendo a última em 27 de dezembro. O Sinergia espera ter uma negociação tranquila, que seja boa para ambos os lados.

AXS: a assembleia teve a participação de 65 trabalhadoras e trabalhadores. Também foram aprovadas todas as ordens do dia - destaque para a aprovação de cláusula de doação de 100 cestas básicas pela empresa para a ação que o Sinergia está participando do NATAL SEM FOME.

Intercel entrega proposta de PLR 2025



Em 5 de dezembro a Intercel entregou ao Diretor de Gestão Corporativa da Celesc, Nelson Ronnie, a proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para 2025. O documento, semelhante ao de 2024, fruto de luta histórica de celesquianas e celesquianos pela linearidade, busca garantir uma distribuição justa e transparente dos lucros da empresa. Durante o ato, a Coordenação da Intercel ressaltou a importância dessa pauta para a categoria. Foi enfatizada a necessidade de que as negociações sejam iniciadas o mais breve possível, para que todos possam acompanhar as metas ao longo de 2025 e entender como serão as regras para o recebimento da PLR. A Intercel espera que a Celesc dê início às negociações o quanto antes.

GT Anuênio

Em 5 de dezembro a Intercel e representantes da Celesc se reuniram para uma nova reunião do GT do Anuênio. A empresa insiste em apresentar cálculos do impacto da concessão do anuênio por mais 40 anos. De acordo com participante do GT que analisou os gráficos, "o impacto do anuênio para todos seria pequeno em 2025, de R\$ 3,9mi. Portanto, tem condições de ser absorvido pela Celesc. A projeção da tabela para daqui 40 anos não faz sentido, já que o lucro da Celesc até lá será muito maior". Além disso, é preciso lembrar que "os indicadores do terceiro trimestre da empresa são excelentes. Por exemplo, a receita operacional líquida (o faturamento acumulado do ano até setembro) é de R\$ 7,8bi, um crescimento expressivo em relação a 2023. O EBITDA, indicador fundamental para a empresa, no acumulado dos primeiros nove meses, aumentou 21,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Já pensou se projetássemos isso por 20 anos ou mais, como eles fazem?"

Errata

O Boletim da Intercel 242 informou equivocadamente que "nesta Administração, três acidentes fatais ocorreram". Na verdade, foram dois acidentes fatais na atual gestão da Celesc.

Encontro Internacional da Rede Vida Viva reúne trabalhadores de diversos países

Mais de 100 trabalhadores se reuniram em Serra, no ES, para discutir a saúde, a vida e o trabalho

Representantes de diferentes estados brasileiros e de países como Alemanha, Colômbia, África do Sul, Espanha e Canadá participaram do 17º Encontro Internacional da Rede Vida Viva, entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro.

O evento teve como objetivo analisar a atual conjuntura econômica e política e trocar experiências sobre ações que visam proteger a saúde e a vida dos trabalhadores, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho. A partir das discussões, os participantes elaboraram um plano de ação para enfrentar os desafios encontrados nessa área.

Uma das ferramentas destacadas no encontro foi a pesquisa participativa (Mapping), utilizada em diversas empresas privadas e órgãos públicos brasileiros. Essa metodologia, aplicada com sucesso na Celesc entre 2015 e 2019, permite que os trabalhadores identifiquem e proponham soluções para os problemas relacionados à saúde e segurança no trabalho. A pesquisa tem se mostrado eficaz tanto para melhorar as condições de trabalho quanto para aumentar a produtividade das empresas.

Os Monitores da Intercel Caroline Borba, Lucas Henrique, Eraldo Bello, Marinho Maia, Julia Souza participantes do evento, destacam a importância da atividade reforçando que no capitalismo o trabalho nos tem levado a um profundo adoecimento físico, mental e psíquico

e que é de extrema importância os trabalhadores se reunirem para buscar formas de preservar sua vida, sua saúde e seu trabalho. A Rede Vida Viva traz essa perspectiva e por isso é um projeto que conta com a nossa participação, afirmam os monitores.



A Rede Vida Viva é uma organização internacional que reúne trabalhadores de diversas categorias com o objetivo de fortalecer a organização dos trabalhadores em defesa da vida, da saúde e dos empregos. A plataforma brasileira, que reúne representantes de cada estado, planeja e organiza as ações da Rede em âmbito nacional, adaptando-as às necessidades de cada momento e ao papel do movimento sindical na luta por condições de trabalho mais justas e seguras.



TRIBUNA LIVRE | Por José Álvaro de Lima Cardoso, Economista, técnico na Subseção do Dieese na Intercel

Os Seminários Regionais e a luta encarniçada pela Celesc Pública

Tive o imenso privilégio de participar, na condição de assessor técnico, pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), dos Seminários Regionais dos Trabalhadores da Celesc, preparatórios do 12º Congresso dos Empregados da Celesc, que ocorrerá no ano que vem. Os 17 seminários regionais, realizados entre 29 de outubro e 29 de novembro último, tinham três objetivos principais: a) acumular reflexões entre os trabalhadores, visando a qualidade do debate, e das deliberações, no próximo Congresso; b) discutir e avaliar o trabalho realizado pelos conselheiros eleitos pelos trabalhadores nos últimos 30 anos, percebendo a importância dessa ferramenta e o legado para o movimento dos empregados; c) avaliar o planejamento da Administração da Celesc como empresa pública, levantando pontos críticos e necessidades da companhia, na visão dos trabalhadores. Os seminários não tiveram caráter deliberativo, visavam apenas acumular massa crítica e discussões para o Congresso de 2025.

Esses Seminários foram, possivelmente, os mais importantes da história, em função do momento político que vive o país, especialmente no que se refere ao ataque às empresas públicas. Atualmente existem apenas duas empresas públicas de energia elétrica no Brasil, que é a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e a Celesc. É possível que, em poucos meses, a Celesc passe a ser a única empresa pública de energia elétrica no país.

Com os seminários, que tiveram duração de cerca de 8h, as direções dos sindicatos que compõem a Intercel (Intersindical que congrega os cinco principais sindicatos dos trabalhadores eletricitários em SC), conseguiram, ao

longo de trinta dias, debater os problemas dos empregados da Celesc (condições de trabalho, rumos da empresa, planejamento estratégico etc.) com cerca de 500 trabalhadores, equivalente a 13% do total dos empregados próprios da companhia. No Brasil, em função dos ataques que as entidades sindicais vêm sofrendo, principalmente desde a contrarreforma trabalhista de 2017, raríssimas categorias de trabalhadores conseguem realizar congressos para debater seus problemas. Mas o que chama a atenção, é que a Intercel não só realiza seu Congresso de três em três anos, como potencializa tremendamente a qualidade desses eventos, através dos Seminários Regionais, realizados nos anos anteriores aos Congressos.

Esses Seminários foram, possivelmente, os mais importantes da história, em função do momento político que vive o país, especialmente no que se refere ao ataque às empresas públicas. Atualmente existem apenas duas empresas públicas de energia elétrica no Brasil, que é a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e a Celesc. É possível que, em poucos meses, a Celesc passe a ser a única empresa pública de energia elétrica no país.

privatizar as estatais Cemig e Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). Se o movimento popular e sindical não conseguir barrar a entrega da Cemig para o setor privado, a Celesc passará a ser a única empresa pública de energia elétrica do Brasil. O que a tornará ainda mais exposta à pressão dos abutres privatistas, de todos os matizes.

Não por coincidência, um dos temas mais discutidos nos seminários dos empregados foi o risco permanente e crescente, de privatização da Celesc. Como observador mais ou menos atento ao processo de privatizações no Brasil nas últimas décadas - por dever de ofício e compromisso cívico - tenho plena consciência de que a Celesc Pública, é decorrência, quase que exclusiva, da luta de seus empregados, organizados pelas direções sindicais da categoria.

Um dos momentos importantes dos seminários de novembro último, foi o debate sobre a história da representação dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, que iniciou em 1981, 43 anos atrás. Se trata de uma rica e admirável história de organização e de luta dos trabalhadores. Essa história tem duas chaves fundamentais: a) a representação tem como principal missão lutar pela Celesc Pública, portanto está à serviço de 99,9%

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os associados da base territorial do Sindicato, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 16/12/2024 (segunda-feira), às 17h30min., em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 18h00min., em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, Assembleia Extraordinária, às 19h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 19h30min, em segunda e última convocação, a realizar-se no auditório do SINERGIA sito à Rua Lacerda Coutinho, 149 - Centro - Florianópolis/SC, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 01 - Informes; 02 - Previsão orçamentária para 2025; 03 - Outros. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 01 - Referendar a filiação do SINERGIA na CUT SC, conforme deliberado no 5º Congresso realizado em dezembro de 2023. Florianópolis, 12 de dezembro de 2024.**

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

da população catarinense; b) a representação está permanentemente colada nos interesses da categoria, o representante dos empregados não atua como se fosse "independente". Essas duas orientações estão interligadas e se complementam. Lutar pela Celesc Pública significa, ao mesmo tempo, lutar por salários dignos e condições de trabalho adequadas.

A importância do representante se comprometer com os interesses dos empregados da Companhia, fica evidente no caso da Copel (Companhia Paranaense de Energia), privatizada em 08 de agosto de 2023. Na reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 29 de junho no formato videoconferência, na qual foi aprovado de forma unânime a privatização da companhia, o representante dos empregados votou a favor da entrega para o setor privado. Entrega essa que, aliás, foi evitada de irregularidades, a começar pelo preço de venda. O governo paranaense, que até então era o controlador da Copel, com 31% das ações, vendeu boa parte das ações, perdendo o controle, por cerca de R\$ 4,53 bilhões. Para termos uma ideia da "privataria" que isso representa, somente o lucro líquido da companhia em 2023 foi de R\$ R\$ 2,3 bilhões, equivalente a 50,7% do que o governo do estado obteve com a entrega das ações da companhia.

Celesquiana lança “O Trem da Madrugada”

A Celesquiana e dirigente do Sinergia Vânia Mattozo, sob o pseudônimo Ádina Mirza, lançou na última quinta-feira, dia 5, em Florianópolis, seu mais novo livro, “O Trem da Madrugada”. O evento contou com a participação de amigos, familiares e colegas de Vânia, que atua há 20 anos como jornalista na empresa.

A autora enalteceu, no lançamento, o apoio de

seus familiares e de amigos que contribuíram para a conclusão da obra. Colegas de trabalho presentes destacaram as habilidades de Vânia com a escrita e com textos que informam a categoria eletricitária dos fatos ocorridos na Celesc. Ao fim da cerimônia, ela prometeu continuar escrevendo e, quem sabe, lançar um novo livro em breve.



O trabalhador voltou à cena política?

Por Graça Druck (Professora titular do Departamento de Ciências Sociais da UFBA) e Luiz Figueiras (Professor titular da Faculdade de Economia da UFBA)

O trabalhador voltou à cena política. E não voltou de forma partida, fragmentada. O trabalhador voltou à cena política como classe social, que unifica todos os seus segmentos, independentemente de sua identidade específica. E mais, voltou nas redes sociais e nas ruas, mobilizados na luta pela redução da jornada de trabalho, que interessa a todas as categorias de trabalhadores: pobres e remediados, negros e brancos, homens e mulheres, hetero e homossexuais etc.

O responsável direto por isso, e que deu partida a essa mobilização, é o Movimento “Vida Além do Trabalho” (VAT), iniciado pelo vereador do Rio de Janeiro Rick Azevedo, o mais votado do PSOL na recente eleição municipal, e que teve adesão imediata nas redes sociais e apoio nas ruas. Com base em sua própria experiência, de “viver para trabalhar”, de forma exaustiva e precária, surgiu a iniciativa de uma petição online que já reuniu três milhões de assinaturas e, em parceria com a deputada do PSOL, Érika Hilton, foi elaborada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) alterando a jornada de seis dias de trabalho (48h por semana como limite máximo) por um de descanso, para quatro dias de trabalho (36h por semana como limite máximo) por três de descanso – sem redução do salário.

Os benefícios para todos os trabalhadores é evidente: a adoção de uma jornada 4x3 trará melhoria significativa na qualidade de vida dos trabalhadores, que terão mais tempo para descanso, convívio familiar e lazer, contribuindo para a sua saúde física e mental – ao reduzir o estresse e o cansaço acumulado. Também vai lhes possibilitar aperfeiçoamento e qualificação profissional.

Do ponto de vista das empresas, ela reduzirá a alta rotatividade da força de trabalho associada, entre outras razões, à insatisfação dos empregados com a existência de jornadas de trabalho extenuantes. Com isso, o número de demissões será reduzido, com economia de treinamentos e substituições frequentes. Adicionalmente, impactará positivamente a criação de mais empregos e o aumento de produtividade, conforme constatado em países como Inglaterra, Alemanha e Espanha, que reduziram suas jornadas.

A luta pela redução da jornada de trabalho é uma luta histórica da classe trabalhadora, desde os tempos da primeira Revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, quando se trabalhava até 16h por dia todos os dias, inclusive com o uso do trabalho infantil. Um dos momentos mais marcantes dessa luta ocorreu no dia 1º de Maio de 1886, na cidade de Chicago nos EUA, quando milhares de trabalhadores foram às ruas, com a paralisação dos serviços em protesto por melhores condições de trabalho, sobretudo a redução de jornada de trabalho para 8h por dia. A resposta do Estado foi uma violenta repressão aos manifestantes, dando

origem ao 1º de maio como o dia dos trabalhadores.

Aos poucos, tendo como determinante fundamental a mobilização e luta dos trabalhadores, essa jornada foi se reduzindo e chegou no início do século XX nos países centrais do capitalismo, a uma jornada diária de 8h de trabalho, com total de 48h na semana. Isso ocorreu e foi legitimado pela Primeira Convenção da OIT assinada em 1919.

Entretanto, na atualidade, as transformações tecnológicas e na organização do trabalho no capitalismo financeirizado contemporâneo, que tem a precarização do trabalho no seu centro dinâmico, trouxeram de volta jornadas extenuantes e desumanas, como é o caso mais evidente dos trabalhadores de plataformas. No Brasil, a jornada de trabalho de 8h diárias foi instituída apenas em 1932 e inscrita na Constituição de 1934, com seis dias de trabalho; portanto, há 92 anos. A CLT, criada em 1943, e restrita então aos trabalhadores urbanos, incorporou a jornada de 48h semanais, juntamente com o estabelecimento de um conjunto de direitos trabalhistas e outros que vieram a ser estabelecidos posteriormente (salário-mínimo, décimo-terceiro salário, férias remuneradas, aposentadoria, seguro-desemprego etc.).

Na Constituição de 1988, apesar do movimento sindical ter defendido uma jornada de 40h semanais, a jornada de trabalho foi reduzida para 44h. No entanto há inúmeras brechas na legislação que, na prática, possibilita burlar esse limite, como a escala 6x1 – vigente, principalmente, nos setores de comércio e serviços.

Tanto no Brasil, como nos países centrais do capitalismo, a luta pela redução da jornada de trabalho sempre foi árdua. A burguesia, e seus porta-vozes, em todas as ocasiões resistiram fortemente a qualquer iniciativa nessa direção, pintando um quadro caótico para a economia, prevendo o aumento dramático do desemprego e, até mesmo, vislumbrando o surgimento de uma “classe de vagabundos”.

Nunca é demais recordar que, no Brasil, grandes proprietários de terra e de escravos, quando da eminência da abolição da escravidão, se comportaram desse mesmo modo, prevendo o fim da produção cafeeira e uma debacle da economia nacional. O mesmo ocorreu mais recentemente, com a extensão da legislação trabalhista às empregadas domésticas. Evidentemente, como a história demonstrou, nenhum desses vaticínios se concretizou.

Na conjuntura atual do capitalismo financeirizado, os argumentos da direita neoliberal e da extrema direita neofascista, contra a redução da jornada de trabalho, continuam basicamente os mesmos: a economia brasileira não vai suportar, o peque-

no capitalista vai “quebrar”, o desemprego vai explodir, os preços dos bens e serviços vão subir e a PEC proposta, que já conseguiu mais de 200 assinaturas dos deputados é coisa de vagabundo.

Desde o início da década de 1990, com a constituição do padrão de desenvolvimento liberal-periférico no Brasil, a relação capital-trabalho se alterou profundamente, com o aumento do desemprego estrutural e enfraquecimento dos sindicatos, uma maior precarização do trabalho e a instituição de um processo de desregulação dessa relação em prejuízo das condições de trabalho (jornada e remuneração) e de redução dos direitos trabalhistas, a exemplo da reforma trabalhista de 2017.

Em suma, a prevalência de uma correlação de força política desfavorável aos trabalhadores, implicou o surgimento de novas formas de superexploração do trabalho (característica estrutural do capitalismo dependente brasileiro), como as que estão submetidos os trabalhadores das plataformas digitais – cujas empresas chegam ao paradoxo de negarem a existência da relação capital-trabalho.

No último dia 15 de novembro, foram realizadas manifestações em vários estados do Brasil, chamadas pelo movimento Vida Além do Trabalho e outras organizações, tendo por bandeira central o fim da escala 6x1, ou seja, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Foi uma primeira iniciativa nacional de manifestar nas ruas a campanha que já ocorria pelas redes e localizadamente nas ruas de algumas cidades, como Rio de Janeiro, onde nasceu o movimento. Uma mobilização que passou a pautar os noticiários, a imprensa corporativa, os diversos canais de redes sociais, os partidos e sindicatos.

A campanha – nas redes e nas ruas – obteve a adesão de partidos de esquerda, lideranças sindicais e movimentos sociais, que parecem ter redescoberto a centralidade dessa luta para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. A experiência do VAT (Vida Além do Trabalho) enquanto um movimento social por melhores condições de trabalho para além do espaço sindical, presente nos bairros, nos locais de trabalho, nas redes, no parlamento, vem demonstrando uma vontade coletiva que pode ajudar a alterar a correlação de forças políticas no país, tendo por sujeito central desse processo, a classe trabalhadora – recolocando, dessa forma, o trabalho e os trabalhadores na cena política.

Mas isso veio para ficar, recolocando a relação capital-trabalho no centro da organização e da luta política dos trabalhadores, reorientando os rumos das esquerdas no Brasil? Ou estas, em sua maioria, continuarão olhando apenas a conjuntura imediata e apegada a uma “correlação de forças política” circunscrita apenas ao Parlamento e vista como uma fotografia, que impede ações e iniciativas que confrontem o capital e o neofascismo?

Publicado originalmente em: https://www.dmtemdebate.com.br/o-trabalhador-voltou-a-cena-politica/?fbclid=PAY2xjawG_C8VleHRuA2FibQlxMQABpvBvS8pZ3_13s4Qh11sba2PRhcY0s6Ej3riam-wXAfpmoPL0N41dS4Q3w_aem_a_PvtRroqFN6Ppw7SulTvQ